

## LEI N°1429/2022 DE 27 DE OUTUBRO DE 2022

ALTERA OS ARTIGOS 2°, 4°, 7° E 8° DA LEI 899/2009, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE,** Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI:

Art. 1°. O artigo 2° da Lei 899/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2°. Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA compete:

 $(\ldots)$ 

XXIV - Planejar, a cada 2 (dois) anos, a Conferência Municipal do Meio Ambiente, visando, entre outros objetivos apresentar à população um diagnóstico sobre a situação dos recursos naturais do município;

XXV - Participar ativamente da revisão do Plano Diretor do Município e de seus instrumentos.

Art. 2º O artigo 4º da Lei 899/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

- Art. 4º. O COMDEMA será constituído por conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo-se à distribuição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, a saber:
- I Representantes do Poder Público:
- a) um representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos vereadores;
- b) um representante dos órgãos do executivo Municipal abaixo mencionados;
  - b.1) órgão Municipal de Meio Ambiente;
  - b.2) órgão Municipal de Obras e Serviços Públicos;
  - b.3) órgão Municipal de Educação;
  - b.4) órgão Municipal de Agricultura;
  - b.5) órgão Municipal de Turismo, Esporte e Lazer.
- c) um representante de órgão da Administração Pública Estadual ou Federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico, tais como: Polícia Florestal, INEA, EMATER, IBAMA.
- II- Representantes da Sociedade Civil:
- a) um representante de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores, com atuação no município;

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE** ESTADO DO RIO DE JANEIRO



GABINETE DO PREFEITO

- b) dois representantes de entidades civis criadas com finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do município;
- c) um representante de Universidades ou Faculdades comprometido com a questão ambiental;
  - d) três representantes da sociedade civil, comprovadamente, comprometidos com a questão ambiental.
  - §1º A estrutura do Conselho Municipal de Meio Ambiente será composta pelo Plenário, Presidência e Secretaria Executiva.
  - §2º O Presidente do COMDEMA deverá ser o Secretário Municipal de Meio Ambiente ou o Subsecretário Municipal de Meio Ambiente.
- Art. 3º O artigo 7º da Lei 899/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
  - Art. 7°. As sessões do COMDEMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.
  - §1º As deliberações do COMDEMA serão tomadas por maioria dos votos, desde que presente a maioria absoluta de seus membros.
  - §2º As sessões ocorrerão ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do Presidente ou da maioria absoluta de seus membros.
  - §3º As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do COMDEMA serão convocadas através de ofício com antecedência mínima de 15 (quinze) dias no caso de sessões ordinárias e de 2 (dois) dias quando a convocação for para sessão extraordinária, devendo ter ampla divulgação e acesso assegurado ao público.
- Art. 4º O artigo 8º da Lei 899/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
  - Art. 8° O mandato dos membros do COMDEMA é de dois anos, permitida uma recondução, à exceção dos representantes do Executivo Municipal.
  - §1º O Prefeito oficializará os nomes dos representantes governamentais no Conselho no prazo de até 30 (trinta) dias.
  - §2º Estão impedidos de integrar o COMDEMA, o cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, exceto aqueles identificados como agentes políticos.
- Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iguaba Grande, 27 de outubro de 2022.

VANTOIL MEDEIROS MARTINS PREFEITO